

**O SINCRETISMO ORTOGRÁFICO
PRESENTE EM MANUSCRITOS
DA COMUNIDADE DE ZABELÊ NA CHAPADA DIAMANTINA,
SITUADOS ENTRE OS ANOS DE 1902 E 1947**

Edson Mário Conceição Ribeiro (UNEB)

edsonmarior@gmail.com

Pascásia Coelho da Costa Reis (UNEB)

pascasia@ig.com.br

RESUMO

O trabalho que se pretende aqui apresentar é o fruto de uma produção monográfica de trabalho de conclusão de curso para colação do grau de licenciado em letras vernáculas. O objetivo desta comunicação é mostrar o sincretismo ortográfico, ou seja, os dois sistemas ortográficos, o etimológico e o simplificado, presentes em documentos manuscritos antigos, situados entre os anos de 1902 e 1947, encontrados na comunidade rural de Zabelê, município de Iraquara, na Chapada diamantina, Bahia. O estudo é feito a partir de uma análise interpretativista dos latinismos gráficos encontrados nos manuscritos particulares inéditos, os quais fazem parte do projeto de pesquisa Garimpendo o Português Epistolar da Chapada Diamantina: em busca de testemunhos manuscritos.

Palavras chave: Língua portuguesa. Ortografia. Latinismos gráficos

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar o sincretismo ortográfico, ou seja, a presença de dois sistemas ortográficos, o etimológico e o simplificado em um *corpus* composto por 9 manuscritos de um acervo particular do tipo familiar, totalizando 15 laudas. Trata-se de uma reflexão construída a partir dos latinismos gráficos encontrados nesses manuscritos particulares, situados entre os anos de 1902 e 1947, documentos localizados na comunidade de Zabelê, zona rural, da atual cidade de Iraquara, pertencente na época ao município de Campestre, atual cidade de Seabra, na Chapada Diamantina, Bahia.

Pretende-se realizar um estudo acerca dos latinismos gráficos numa perspectiva descritiva interpretativista em textos manuscritos do início do século XX com vistas para a forma e a frequência com que eles aparecem nos vocábulos dos diversos manuscritos lavrados nesse período de tempo. Estudar como a língua apresentava-se num período de tempo, numa determinada área geográfica pode ser de relevância para o conhe-

cimento das peculiaridades regionais da variante americana da língua portuguesa.

A bibliografia que alicerça a fundamentação teórica deste texto centra-se em gramáticas históricas e artigos que tratam sobre uma abordagem histórica da ortografia da língua portuguesa.

2. Os três principais períodos da ortografia da língua portuguesa

Para a escrita deste texto, partiu-se da leitura de dois autores, Edwin Willians (1973) e Ismael de Lima Coutinho (1976). Os dois autores dividem a história da ortografia da língua portuguesa em três momentos ou fases:

O período fonético coincide com o período arcaico do português, ou seja, de seu surgimento em textos escritos até o século XVI. Nessa fase os escribas tentavam representar foneticamente os sons das palavras que estavam escrevendo, isso para facilitar a leitura. Nesse momento, era comum um som ter representações gráficas diferentes, a depender de quem o escrevia, do local onde o texto era escrito, ou ainda, da origem do escriba.

O segundo período, chamado de etimológico ou pseudo-etimológico, se estende do Renascimento até 1916. Nesse momento, o objetivo era respeitar as letras originárias da palavra, mesmo que elas não possuíssem nenhum valor fonético. Nessa fase, surgem os primeiros tratados de ortografia do português, todos etimologizantes, que davam aspecto gráfico alatinado aos novos vocábulos que entravam para o léxico do português e travestiam etimologicamente as palavras do português que já possuíam escrita vulgar ou simplificada.

No período pseudo-etimológico ou etimológico, ocorreu a maior incidência de latinismos nos textos escritos, pois havia, na época, uma valorização da cultura clássica e, com ela, a língua portuguesa assume características do latim. Sobre a aplicação dos latinismos na língua, Coutinho afirma que:

O maior conhecimento do latim, sobretudo com o Renascimento, que proclamava a necessidade de se conhecerem os escritores clássicos, romanos e gregos, foi causa de que começassem a aparecer entre nós as complicações gráficas. As palavras escritas sofrem, a partir de então, a influência etimológica, apresentando uma indumentária mais rica de letras, em flagrante contraste com a primitiva simplicidade. (COUTINHO, 1976, p. 71)

A escrita dos textos aparece carregada de latinismos, com grande número de vocábulos contendo, entre outros: consoantes duplicadas e consoantes insonas. Coutinho 1976, p.74 exemplifica que – é comum o L aparecer geminado no meio e no fim da palavra: *ella* ou *ela*, *castello* ou *castelo*, *mall*, *tal*. A duplicação no fim visava provavelmente a distinguir o l velar do alveolar.

No século XVIII, a grafia é essencialmente etimológica e a formação de palavras na língua portuguesa, nesse período, possuía como base as grafias de origem grega ou latina, em que os vocábulos seguiam um padrão de escrita, incluindo todos os termos herdados do grego e do latim. Visava-se preservar a grafia etimológica das palavras mesmo que o som não correspondesse ao vocábulo formado.

Era comum, nesse período, encontrar *ch*, *ph*, *rh*, *th* e *y* em palavras de origem grega ou supostamente grega, consoantes duplas em palavras de origem latina, bem como consoantes insonas, falsas regressões como a troca do *-s* em posição final absoluta por *-z*. (WILLIAMS, 1973, p. 40)

Em contrapartida, o período simplificado, moderno ou reformado pode ser considerado um divisor de águas na escrita da língua escrita, pois foi nesse momento que se pensou em uma escrita uniforme, já que não havia um padrão de escrita e os escritores da época utilizavam-se de grafia própria. No Brasil, no ano de 1907 a nossa Academia já começa a simplificar a escrita nas suas publicações. Depois, Portugal constituiu um sistema simplificado, em 1 de setembro de 1911, criando uma comissão de estudiosos da língua para dar uma universalidade gráfica à língua, ao tempo em que se criou portaria que regulamentava a ortografia da língua, porém sem incluir a proposta ortográfica brasileira. Por causa disso, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa firmaram um acordo gráfico paralelo às duas nações, assim, o Governo Brasileiro declarou servir de base para todo o território os acordos firmados entre os dois países.

No que diz respeito ao período simplificador da língua portuguesa no Brasil Coutinho afirma que:

Antes que o governo português tornasse obrigatória a reforma da ortografia para Portugal e suas colônias, em 1911, cogitou entre nós a Academia Brasileira de Letras de adotar, nas suas publicações oficiais, um sistema de grafia de objetivo manifestamente simplificador. (COUTINHO, 1976, p. 79).

Assim, pode-se perceber que o governo e os pioneiros da língua

escrita no Brasil não ficaram de braços cruzados em relação às mudanças da escrita de Portugal. Em 1912 foi criado um sistema que deixou a língua mais harmônica e racional, com a regulamentação definitiva da reforma anterior, com todas as ampliações e esclarecimentos, que não iam de encontro com o plano primitivo. Com isso, em 1915, a Academia Brasileira de Letras apoia a ideia do acadêmico Silva Ramos que também defendia a harmonização da reforma de 1907 com a de Portugal.

No entanto, sem motivo aparente, foi revogado em 1919, todo o plano reformista adotado até que o problema da simplificação fosse maduramente estudado. Em 1924, As academias portuguesa e brasileira começam a procurar uma grafia comum e no ano de 1929 a academia altera as regras da escrita. Mas, foi em 1931 que o governo brasileiro tentou resolver de uma vez por todas o problema da ortografia brasileira com o acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Dois acordos ortográficos foram firmados posteriormente, o de 1943, adotado pelo Brasil e o de 1945 pelo governo português.

2.1. Ortografias portuguesa no século XVIII

Monalisa dos Reis Aguiar escreve acerca da ortografia portuguesa no século XVIII, baseando-se em ideias desenvolvidas por autores que escreveram a respeito de concepções históricas e linguísticas da época. Madureira Feijó é o principal teórico em que Monalisa se inspira para discorrer sobre a situação da ortografia portuguesa no século XVIII, dando ênfase a proposta pseudoetimológica desenvolvida por ele. Além de Feijó, ela recorre constantemente a outros autores para situar o leitor no contexto de transformação, presente no século XVIII.

A partir dos estudos históricos-linguísticos, a autora escreve sobre a constituição da ortografia da língua portuguesa no século XVIII, tendo como objetivo analisar se o contexto de elaboração das propostas ortográficas desse período interferiu na aplicação de alguma grafia. É a partir de análise linguística de regras propostas que a autora Monalisa Aguiar observa se predomina o sistema ortográfico fonético ou etimológico, respeitando as terminologias usadas na época em que o objeto foi produzido.

Para a autora, toda manifestação de ideias em torno de um saber sofre influência, não só de acontecimentos políticos, culturais e sociais, como também de tipos de mentalidades herdadas do passado.

Ela defende que o percurso histórico do saber linguístico, enquanto manifestação de ideias sofre influências de acontecimentos políticos, culturais, sociais e de tipos de mentalidades herdadas do passado. Dessa maneira, ela justifica a utilização do embasamento teórico na história das ideias linguísticas, descritas através de dados históricos dos quais resultaram. A língua apresenta-se como um produto da história de uma sociedade ou de um povo:

consideramos o estudo da língua numa perspectiva em que na “língua real coincidem o que é sistemático, o que é cultural e o que é histórico”. Por ser uma atividade humana, a mudança linguística é decorrente das transformações históricas e das influências que recebe do exterior (AGUIAR, 2007 *apud* CO-SERIU, 1979, p. 55).

A autora afirma que sua escolha da abordagem histórica da ortografia justifica-se, então, por sua característica convencional, antes mesmo de ser fixada ou legislada, no século XX, já era marcada por influências sociais, políticas e econômicas.

Para caracterizar o contexto da época vivido por Portugal no século XVIII, Aguiar 2007 (*apud* Fávero 1996), apontando as correntes do mercantilismo e a política derivadas do iluminismo como caracterizadoras da sociedade portuguesa deste período:

A primeira, que visava ao incremento da indústria e do comércio, estendia aos burgueses alguns privilégios dos nobres. Tratava-se de uma sociedade, em especial na primeira metade do século, em que as condições das pessoas distinguiam-se pelas formas de tratamento. Havia, portanto, o clero, a nobreza e o terceiro estado. A segunda corrente era vista como uma fase evolutiva do absolutismo, associada à imagem de D. José I e ao seu ministro, futuro Marquês de Pombal. Tal fase prolonga-se até o reinado de D. Maria I e a regência de D. João. (AGUIAR, 2007, p. 5)

E continua seu texto citando Ribeiro (2001) para afirmar que o ensino jesuítico continuava formando elementos da corte dentro dos moldes do *Ratio Studiorum*, do seu módulo ou currículo escolar. E que, em função disso,

parte dos intelectuais portugueses toma consciência da necessidade de recuperação e produção de uma literatura que expresse isto. Esta manifestação tem início no reinado de D. João V, com o aparecimento da Academia Real de História, em 1720, e se prolongando até o de D. Maria I, com a criação da Academia Real de Ciências, em 1779. (AGUIAR, 2007, p. 5)

Madureira Feijó publica, neste contexto, em 1734, sua “*Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*”. Nele concentra-se Monalisa Aguiar para explicar a influência do

contexto externo à língua na questão ortográfica do século XVIII, por ser o trabalho de maior representação no período, uma vez que foi editada doze vezes no mesmo século.

Citando Gonçalves (2003), a autora apresenta os tipos de repercussão do sistema de Madureira Feijó nas obras posteriores como se lê a seguir: “influência de conteúdo, isto é, das soluções gráficas defendidas pelo autor, ou influência da organização interna da obra, ou seja, da disposição das matérias ou partes da obra”. Prossegue a autora, citando como exemplo:

O Compendio de Ortografia” (1767), de Frei Luís Monte Carmelo, que, até pela tentativa de avantajá-lo, imita Madureira em particular na inclusão de listas de erros ou “vícios da plebe”, contendo informações de outra ordem que não a “plebe”, contendo informações de outra ordem que não a ortográfica, apesar de o sistema gráfico não divergir substancialmente do madureirense. (AGUIAR, 2007, p. 6).

A proposta ortográfica de Madureira Feijó propõe um movimento de defesa radical da ortografia etimológica, verificando-se a predominância do etimológico sobre o fonético, posição que será mantida entre os séculos XVIII e XIX. E escreve:

Conforme Coutinho, 1981, entende-se por ortografia fonética aquela em que não há preocupação com a origem, mas exclusivamente com a maneira como se pronunciam as palavras. No sistema etimológico, por outro lado, procura-se respeitar as letras originárias das palavras, mesmo que não representem valor fonético. (AGUIAR, 2007, *apud* COUTINHO, 1981, p. 7).

A autora conclui seu texto, escrevendo que o período etimológico da ortografia portuguesa não passa de uma manifestação de desejo de uma escrita baseada na tradição histórica, com vistas à estética da língua, e resistência às suas inovações naturais.

2.2. A ortografia portuguesa no século XIX e XX

Os estudos de Monalisa Aguiar sobre a ortografia portuguesa no século XIX e XX tem como objetivo analisar como se constituíram e se consolidaram as reformas ortográficas da língua portuguesa no início do século XX levando em consideração os pontos de vistas histórico, linguístico e ideológico. Ela utiliza a história das ideias linguísticas como aparato teórico para investigar em que situação o contexto em que foram produzidas as propostas ortográficas interferiu em sua fixação.

As normas ortográficas no Brasil e em Portugal só foram efetiva-

das no século XX com o crescimento da escolarização obrigatória e da progressão dos meios de comunicação de massa. Monalisa Aguiar cita contextos políticos e sociais, como abolição, independência e república vividos pelo Brasil, para justificar o despertar do sentimento nacionalista de valorização da cultura em busca de uma identidade linguística nacional. Assim, segundo ela, a questão ortográfica adquire um forte cunho nacionalista justificado pelas diferenças entre a pronúncia brasileira e a portuguesa, intensificando-se a busca da identidade nacional através da criação de um sistema ortográfico brasileiro.

O momento vivido pela ortografia no Brasil no século XIX, segundo a autora, tem como defensores José Jorge Paranhos da Silva e Miguel Lemos, mas representantes de posicionamento oposto como José Feliciano de Castilho e José Ventura Bôscoli que optaram em manter o tradicionalismo linguístico de Portugal. Assim, a defesa por uma identidade linguística individual entre os dois países não prosperou com muita intensidade pela falta de pesquisa científica sobre o assunto, como afirma Monalisa Aguiar sobre as propostas para uma ortografia brasileira de Paranhos da Silva e Lemos:

A ausência de base científica evidencia-se na maioria dos autores citados que não são filólogos. Muitas das regras que propõem são marcadas por equívocos em relação a dialeto, língua, uso e ao estilo. Outras estão despojadas de qualquer preocupação histórica, pois abusam de grafias baseadas nas grafias grega e latina e letras geminadas, sem nenhum fundamento, como é o caso de José Feliciano de Castilho e José Ventura Bôscoli. (AGUIAR, 2007, p. 14).

Em Portugal, José Barbosa Leão desde 1875 inicia uma verdadeira cruzada rumo a uma ortografia simplificada, primeiro acreditando que a mudança deveria acontecer “de cima para baixo”, depois mudando de direção propondo “a revolução de baixo para cima”. Conseguiu alavancar um movimento pela reforma por meio de uma reunião pública na qual se elegeu uma comissão para estudar a proposta. Em finais de 1877 a comissão apresentou parecer favorável a proposta de uma ortografia simplificada.

Outros autores tentaram conciliar os dois sistemas ortográficos, o etimológico e o fonético ou simplificado. Segundo Monalisa:

Esse posicionamento pode ser justificado pela influência que receberam da linguística histórico-comparativa. Desse modo, em confluência com essa escola, que postula, dentre outras coisas, que a língua é um fato social, os autores acreditam que também a ortografia seja um fato social; desse modo, nenhuma pessoa poderia, individualmente, introduzir mudanças de nenhuma ordem na língua. (AGUIAR, 2007, p. 16)

No entanto, observa-se que muito se discutia sobre o assunto de maneira informal, com inferências próprias e por isso as hipóteses levantadas não se confirmavam de maneira concisa e satisfatória. Mas alguns estudos foram de grande importância para a ortografia brasileira, a exemplo de Aniceto Reis Gonçalves Viana com a obra *Ortografia Nacional: Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas*, publicada em 1904, proposta alicerçada em minucioso estudo fonético etimológico. Ele defende que a regularização da ortografia portuguesa deve ser baseada na história da língua no tempo e no espaço. Sobre o assunto, Monalisa Aguiar refere-se a ele da seguinte maneira:

Gonçalves Viana acredita que seja necessário um estudo científico dos documentos escritos desde os primeiros tempos, associado aos conhecimentos metódicos dos vários dialetos atuais. Afinal, para ele, os dialetos portugueses falados em sua época não são originados do latim literário, mas sim de outros dialetos que se falaram no território. Por causa disso, desconhecer ou menosprezar as formas portuguesas anteriores às atuais para misturá-las com o latim literário é um erro de método, pois se elimina um fator importante da evolução que é a transformação lenta e sucessiva. (AGUIAR, 2007, p. 16)

À construção de uma ortografia portuguesa no fim do século XIX, a Academia Real de Ciências propôs junto com a Academia Brasileira de Letras que elaborassem um projeto de simplificação e uniformização da língua portuguesa. É nesse contexto de discussões que surgiu a primeira reforma ortográfica de repercussão geral em 25 de abril de 1907, criada na Academia Brasileira de Letras, por José Medeiros e Albuquerque. Outro teórico que merece destaque na visão de Monalisa é autor Aniceto Reis Gonçalves sobre quem escreve:

A obra de Aniceto Reis Gonçalves Viana *Ortografia Nacional: Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, publicada em 1904, representa um marco na história da ortografia portuguesa, visto que se trata de uma proposta baseada em minucioso estudo fonético e etimológico, diferente de alguns dos tratados anteriores, em que se determinava, sem justificativa científica ou verdadeiro estudo histórico, o uso de um grafema e não de outro. Por isso, justifica-se o fato de todos os estudos posteriores, referentes à questão ortográfica, serem baseados em suas ideias. (AGUIAR, 2007, p. 16)

A autora afirma que a história da língua no tempo e no espaço é o principal fator para regularização da ortografia portuguesa. Outros autores concordaram com a proposta de Medeiros e Albuquerque, a exemplo de José Veríssimo que defendia na língua a não existência de ortografia, pois os escritores que mais defendem a literatura moderna de Portugal e do Brasil possuem, cada um, sua grafia especial na diferente escrita de alguns vocábulos. Argumenta que no Rio de Janeiro ou em Lisboa, cada jornal, cada oficina, cada tipografia tem o mesmo modo peculiar de gra-

far: chama-se pitorescamente “a ortografia da casa”. (AGUIAR, 2007 *apud* cf. VERÍSSIMO, 1977, p. 103). Já os escritores mais eminentes, na visão de Monalisa Aguiar não se preocupavam com norma, deles, vinha o exemplo da *anarquia ortográfica*.

Para o autor, o fato de uma língua não possuir sua própria ortografia indica um mal ponto de vista da educação pública e uma inferioridade para uma língua de gente civilizada. As ideias conformes de Albuquerque e Veríssimo eram contribuir para unificar a ortografia, uma vez que sugeria a diminuição da quantidade de grafemas utilizados e a tentativa de uniformização dialetal.

Monalisa Aguiar dá continuidade afirmando que a solução encontrada pelo reformista é a adoção de um padrão de pronúncia estabelecido por meio de uma norma culta e cita Cavaliere:

O caráter insatisfatório dessa solução se dá devido ao conceito de norma no início do século XX, que considera desejável o padrão linguístico da região sudeste do país, em especial do Rio de Janeiro, o que dava um aspecto artificial à grafia de muitas palavras em outras regiões. (AGUIAR, 2007, *apud* CAVALIERE, 2001, p. 18).

Sobre a reforma de 1907, conclui a autora:

Verifica-se que, embora a Reforma de 1907 não tenha ultrapassado os limites da Academia, representou um marco bastante significativo na história da ortografia brasileira, pois, além de a questão ser tratada com seriedade e maior cientificidade por diversas autoridades no assunto, foi amplamente discutida. Desse modo, apresentou-se mais coerente que aquelas que a antecederam. Ainda que, em certo sentido, se mostrasse complexa e pouco abrangente, desta vez estava respaldada e aprovada pela Academia Brasileira de Letras, além de ser reconhecida em Portugal (AGUIAR, 2007, p. 19).

Somente em 1911 surge a reforma ortográfica portuguesa. Sobre as propostas brasileira e portuguesa para uma ortografia simplificada, escreve Aguiar:

Tanto na reforma ortográfica brasileira, quanto na portuguesa, ocorre a manifestação do mesmo ideal linguística. Nesse sentido, ambas dão nova feição à ortografia dos dois países, pois marcaram a definitiva sistematização da grafia. Apesar de apresentarem divergências como a opção brasileira, em 1907, por eliminar as consoantes geminadas e, a portuguesa, em 1911, de mantê-las, como elemento indicador de boa pronúncia, apontam para o fim da desordem ortográfica, que mantinha a grafia associada apenas à vontade do escritor. (AGUIAR, 2007, p. 21)

A maior aproximação ortográfica entre Brasil e Portugal ocorreu em 30 de abril de 1931 quando surgiu o decreto nº 20108, firmado entre

os dois países sobre o uso da ortografia nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino, oficializando a ortografia simplificada. Trata-se do primeiro acordo ortográfico luso brasileiro, no entanto, segundo Monalisa Aguiar, a ortografia simplificada luso brasileira não foi alcançada. Para ela:

O que se vê na ortografia portuguesa do século XX é que se buscava a simplificação ortográfica por meio de normas definitivas de grafar. Para atingir tal objetivo, entre outras coisas, eliminaram-se as consoantes geminadas e os exageros etimológicos. Essa eliminação, entretanto, provocou pouca ou nenhuma diferenciação em relação ao que se encontrava em vigor antes. Na verdade, buscou-se apenas a fixação gráfica. Se se pensar no significado de reformar (alterar a forma, reconstruir, emendar), vê-se que de fato ela não ocorreu. O que sucedeu, na realidade, foi a opção de fixação de uma letra em substituição a outra em determinadas palavras. (AGUIAR, 2007, p. 22-23).

E continua:

Nesse percurso analítico, constata-se, a respeito da perspectiva histórica, que os fatos externos à língua interferiram na constituição da ortografia e, no que tange à perspectiva linguística, a análise propriamente dita das regras ortográficas, verifica-se que antes do Acordo Ortográfico, ora os autores tendiam à ortografia que privilegiava a pronúncia, baseando-se na fala, considerada da classe culta, ora preocupavam-se com a tradição histórica, muitas vezes, beirando o exagero (AGUIAR, 2007, p. 23).

A partir da análise de muitos autores, Aguiar retoma o foco de sua pesquisa que é a predominância existente ao longo do tempo dos sistemas fonético e etimológico. Segundo ela seria inviável a implantação do sistema fonético e ressalta que é impossível de se contemplarem todas as variações existentes, pois, além do modo de falar de cada um, sabe-se também que o modo de pronunciar muda de acordo com a época, a faixa etária, a localidade geográfica e a condição sociocultural. Já o etimológico também é impossível, pois, além de representar um retrocesso ao século XVIII, por causa da distância existente entre esse tipo de grafia e os usuários, isso só ocorreria se se implantasse uma reforma radical, além de correr o risco de fixar um sistema pseudo-etimológico, deixando claro que temos como língua de origem o latim vulgar, o qual sofreu alterações fonológicas ao longo do tempo.

3. O corpus

Os documentos somam um total de 9 manuscritos: 6 são do tipo declaração particular de compra e venda de terras; 2 são do tipo declaração particular de inventário; 1 é declaração particular de herança. Apre-

sentase a seguir uma pequena descrição de cada manuscrito, partindo do mais antigo, com a identificação do autor, quando possível.

Manuscrito 1 – (Pratta, 21 de novembro de 1902)

– Trata-se de uma declaração particular de compra e venda de terra firmada entre o comprador Honorato Avilino Lopez e a vendedora Francisca Roza da Conceição, analfabeta tendo como arrego e escritor, João Baptista Pires. Identificação do autor: João Baptista Pires, contratado para tal fim.

Manuscrito 2 – (Torrinha, 25 de maio de 1908)

– Trata-se de declaração particular de compra e venda de terra dos vendedores José Joaquim Fernandes e sua esposa Florinda Maria de Jesus, analfabeta, por quem assina Sebastião dos santos Medeiros e o comprador Victório José de Souza, analfabeto, assinando por ele José Francisco Lázaro. Identificação do autor: José Joaquim Fernandes, um dos proprietários e vendedores da terra.

Manuscrito 3 – (Capão Grande, 1º de julho de 1913)

– É uma declaração particular de compra e venda de terras feita entre os vendedores Herculano Calisto dos Santos, José Calisto dos Santos e Altina Guanaes dos Santos e o comprador José Francisco Lázaro. Um dos vendedores, Herculano Calisto dos Santos, por não saber ler nem escrever, assina em seu lugar Alexandre Gonçalves de Araújo. O nome do escrivão que lavrou o documento é Alexandre Gonçalves de Araujo. Identificação do autor: Alexandre Gonçalves de Araujo.

Manuscrito 4- (Doutor Seabra, 25 de agosto de 1926)

– Trata-se de um inventário feito em 25 de agosto de 1926, lavrada em cartório, em que um dos beneficiados é Victorio José de Souza. A partilha foi lavrada pelo escrivão Hortêncio Teixeira Leite. Identificação do autor: Hortêncio Teixeira Leite.

Manuscrito 5- (Prata, 23 do 3 de 1928)

– Trata-se de documento de compra e venda de terra registrado por Casimiro Martins dos Santos a pedido dos familiares Joaquim Bptista Pires, Venância Maria de Jezus, Maria Baptista Pires, José Francisco Lopes, Anna Baptista Pires e Maria Evangelista Francisca, passando ao comprador Victório José de Souza. Identificação do autor: Casimiro Martins dos Santos.

Manuscrito 6 – (DrSeabra, 7 di agosto de 1930)

– É uma declaração de herança de Victório José de Souza herdado dos seus falecidos pais, passada pelo escrivão Gustavo Martins da Silva, datada no local Município de Dr Seabra em 07 de agosto de 1930. Identificação do autor: Gustavo Martins da Silva.

Manuscrito 7 – (Santo Antônio, 8 de julho de 1935)

– Trata-se de declaração particular de compra e venda de terra entre os dois irmãos José Honorio dos Santos (vendedor) e Salustiano José dos Santos (comprador) na localidade de Santo Antônio com data de 8 de junho de 1935, sem identificação do escrivão e sem a presença de “arrogo”. Identificação do autor: não foi possível.

Manuscrito 8 – (15 de abril de 1939, não consta local)

– É uma declaração de inventário ou partilha apresentando vários beneficiados. O primeiro herdeiro citado no texto, dentre os seis da partilha, é o Senhor Victório José de Sousa. O escrivão não é citado no texto, que foi lavrado no dia 15 de abril de 1939. Identificação do autor: não assinado pelo autor.

Manuscrito 9 – (Santo Antonio, 25 de maio de 1947),

– Trata-se de declaração particular de compra e venda de terra entre os vendedores José Agostim de Araújo, Honorino Vivaldo da Silva e o comprador Vitório José de Souza. Identificação do autor: não foi possível.

3.1. Da autoria dos manuscritos

Procurou-se, ainda, na medida do possível, identificar o autor explícito ou implícito do manuscrito e tentar relacioná-lo às ocorrências de falsos latinismos numa tentativa de explicar tais fenômenos.

3.2. Da análise dos dados

Os dados de latinismos gráficos estão organizados da seguinte maneira: em 9 seções, cada seção equivale a 1 documento; em ordem cronológica, ou seja, do manuscrito mais antigo para o mais recente. A apresentação das ocorrências está organizada em forma de tabela, a qual contém 4 colunas: a *coluna 1* identifica o documento; *coluna 2* apresenta data; *coluna 3* mostra a ocorrência; *coluna 4* identifica o contexto. Abaixo da tabela encontra-se uma descrição da mesma. Os dados serão analisados na perspectiva descritiva interpretativa.

3.3. A análise dos dados

Dos dados analisados, apresenta-se aqui apenas uma das seções em exposição para compreensão dos surgimentos dos fenômenos e sua classificação, em forma de tabela.

No documento 5, aparecem 15 ocorrências de latinismos, 3 deles apresentam-se em forma de consoantes geminadas no interior da palavra da seguinte maneira: 2 vezes observa-se o antropônimo “**Anna**”, com [nn] e 1 vez o antropônimo “**Marcillino**”, com [ll].

Os outros 12 latinismos encontrados são do tipo consoantes insonas [-g-, -p-, -c-], iniciando grupos consonânticos da seguinte maneira: 3 vezes aparece [gn], nas palavras “**assignados**”, “**assignado**” e “**acignamos**”; 7 vezes aparece [pt] no antropônimo “**Baptista**” e 2 vezes aparece [ct] no vocábulo “**dicta**”.

Tabela 1 – Manuscrito 5

| DOCUMENTO 05 | PRATA, 26 DO 3 DE 1928 | Ocorrência etimológica | Contexto | Ocorrência simplificada | Contexto |
|--------------|------------------------|------------------------|----------|-------------------------|----------|
| | | (01) Baptista | l. 1 | (01) Vitorio | l. 14 |
| | | (02) Baptista | l. 2 | (02) pelo | l. 14 |
| | | (03) Anna | l. 2 | (03) dita | l. 17 |
| | | (04) Baptista | l. 3 | (04) pelo | l. 19 |
| | | (05) Baptista | l. 3 | (05) pelo | l. 20 |
| | | (06) assignados | l. 4 | (06) pelo | l. 21 |
| | | (07) assignado | l. 6 | (07) pelo | l. 21 |
| | | (08) dicta | l. 12 | (08) anolar | l. 28-29 |
| | | (09) dicta | l. 25 | (09) Prata | l. 38 |
| | | (10) acignamos | l.37 | | |
| | | (11) Baptista | l. 39 | | |
| | | (12) Baptista | l. 41 | | |
| | | (13) Anna | l. 43 | | |
| | | (14) Baptista | l. 43 | | |
| | | (15) Marcillino | l. 48 | | |

Observa-se, ainda, neste documento, 2 ocorrências de sincretismo na grafia de uma mesma palavra. Aparece o vocábulo “dita”, l. 17, que varia de (“dicta” l. 12 e l. 25), encontrada duas vezes no mesmo texto, ambas com diferenciação pela ausência e presença respectivamente da consoante insona[-c-]. Encontrou-se a palavra “acignamos” l. 37 que varia, na grafia, de vocábulos da mesma família com o mesmo radical (assign-), são elas: “assignados”, l. 4 e “assignado” l. 6.

4. Considerações finais

Este artigo estudou a existência de dois sistemas ortográficos: um etimológico ou pseudoetimológico e o outro fonético, simplificado ou reformado a partir das ocorrências de latinismos gráficos em manuscritos, situados entre os anos de 1902 e 1947 da comunidade de Zabelê, na Chapada Diamantina, Bahia.

Os documentos analisados apresentam latinismos gráficos, na sua maioria, consoantes geminadas e consoantes insonas presentes, inclusive, em antropônimos e topônimos. As ocorrências aparecem sempre no meio dos vocábulos, são eles:

- a) Latinismos em antropônimos – aparecem consoantes geminadas em “**Anna**”, “**Marcillino**” e “**Telles**”. Somando 5 ocorrências, sendo 3 em “**Anna**”. Encontraram-se consoantes insonas em “**Baptista**” e “**Victório**”, totalizando 18 dados: 10 no primeiro e 8 no segundo, respectivamente.
- b) Latinismos em topônimos – consoantes geminadas em 2 ocorrências, são elas: “**Pratta**” e “**Canna Brava**”.
- c) A maioria dos latinismos gráficos aparece da seguinte maneira: 03 consoantes geminadas são elas: [ll], [ff], [nn] nos vocábulos “**pello**”, “**sello**”, “**sellado**”, “**collectoria**”, “**collectora**”, “**effeito**”, “**annullar**”, “**janellas**” e “**officina**”; 5 grupos consonânticos com consoantes insonas, são eles: [gn], [pt], [ct], [ch], [th] nos vocábulos “**assignado**”, “**assignasse**”, “**escriptura**”, “**collectoria**”, “**collectora**”, “**assignados**”, “**assignamos**”, “**assigna**”, “**archivados**”, “**theor**”, “**octocentos**”. As consoantes insonas são: [g, p, c, h]. O número de latinismos gráficos aqui soma 33, totalizando 58 ocorrências.

Existe no *corpus* variação ou sincretismo na grafia de uma mesma palavra, ou seja, em uma aparece a escrita etimológica e em outra a escrita simplificada como aparece a seguir: As palavras “**assignados**” l.1 e “**assinados**” l. 45 no manuscrito 2 estão grafadas com e sem latinismo gráfico; o mesmo ocorre com os vocábulos “**dicta**” l. 12, l. 25 e “**dita**” l. 17 no manuscrito 5. Logo, constata-se que nos dois documentos, palavras aparecem escritas com e sem latinismos, o que configura o uso de dois sistemas ortográficos: o etimológico e o simplificado, em um mesmo manuscrito.

Observaram-se, ainda, ao longo do *corpus* que uma mesma palavra aparece grafada de uma determinada maneira, sem latinismo, em alguns manuscritos, são elas: pela, l.8 e l.20; pelo, l.11 e l.18; anular l.29 no documento 2. **Victório** l.14, pelo l.14 no documento 5; **Vitorio** l.2 no documento 6; **Vitorio** l.1, pelo l.6, pelo l.7, pelo l.8, dito l.13, escritura l. 15, **assinados** l. 18, no documento 9; e com latinismo em outros manuscritos, a exemplo de: **pello** l.9 e l.10, **assignado** l.1, **Victorio** l.23 no documento 1; **escriptura** l.13 no documento 2; **annullar** l.16 no documento 3; **dicta** l.12 e l. 25 no documento 5.

Nos primeiros documentos aparece maior incidência de latinismos, enquanto nos mais recentes eles vão se rareando, rumo a uma escrita simplificada ou moderna, como era de se esperar.

Percebe-se, então, que a presença de dois sistemas ortográficos perpassa os manuscritos que constituem o *corpus* deste trabalho, o que reflete a própria história da ortografia da língua portuguesa. Essa ortografia sincrética atinge topônimos, antropônimos e vocábulos comuns, por vezes, inclusive, no mesmo documento, conforme visto acima. Esse fato somado aos casos de falsas regressões encontradas revelam o esforço linguístico do autor em realizar um tipo de escrita que não lhe era muito familiar.

Possivelmente, este seja um pequeno passo, que seguido pelo estudo futuro de outros fenômenos linguísticos nesses documentos possam juntos, de alguma maneira, contribuir para o descobrimento e conhecimento das faces que são próprias do português escrito da Chapada Diamantina e suas interfaces com outros retratos do português brasileiro, multifacetado, conforme definição de Rosa Virgínia Matos e Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Monalisa dos Reis. A ortografia portuguesa do século XVIII: Madureira Feijó e sua proposta pseudo-etimológica. In: *Anais do IV CLUERJ – SG. Volume Único, Ano 4, nº 03. De 08 a 11 de outubro de 2007*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/iv/completos/comunicacoes/Monalisa%20dos%20Reis%20Aguilar.pdf>>.

_____. As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica linguística e ideológica. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 9, p. 11-26, 2007.

ALMEIDA, Napoleão M. de. *Gramática latina*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. *Como, onde e quando nasceu a língua portuguesa?* São Paulo: USP. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: 25-04-2014.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Univer-

sidade Aberta, 1991.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares baianos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos – UFBA, 1980.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 2004.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. Trad.: Frederico Pessoa de Barros, Gesuina Dominica Ferreti, Jean Robert Schmitz, Leonor Scliar Cabral, Maria Elizabeth Leuba Salum e Valter Khedi. São Paulo: Cultrix, 1973.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FURLAN, Oswaldo Antonio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mouro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2001.

LOBO, Tânia. *A formação histórica do português brasileiro*. O estado da questão. Comunicação ao XI Congresso da ALFAL. Gran Canária (mimeo), 1996.

_____.; OLIVEIRA, Klebson. *Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: Edufba, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Português brasileiro: raízes e trajetórias*. *Discursos*, 1993.

_____. *Uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SILVA NETO, Serafim. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957, p. 40.

TANNUS, Carlos A. R. et alii. (Org.). *O latim e suas estruturas*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fac. de Letras, 1996.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa*. Trad.: Antonio Houaiss. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, 1891.